

**POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO
DE JEQUIÉ-BAHIA**

Benedito Eugenio¹, Fernando Silva Andrade²

RESUMO

Nos últimos anos foram implantadas no país muitas políticas de promoção da igualdade racial. Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa que objetivou analisar as ações e políticas de promoção da igualdade racial implementadas pela Prefeitura de Jequié - BA, materializadas na criação do Núcleo de Estudo das Culturas Africana e afro-brasileira na rede municipal de educação. A pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso. Os dados foram construídos por meio de entrevistas e análise documental. As conclusões assinalam que o Núcleo de Estudo das Culturas Africana e Afro-brasileira representou um avanço significativo tanto para implementação da Lei 10639/2003 no município de Jequié quanto para mudanças de atitudes e comportamentos por meios das ações desenvolvidas.

Palavras-chave: Igualdade racial; Políticas públicas; Relações raciais.

**POLICIES TO PROMOTE RACIAL EQUALITY: A CASE STUDY IN THE MUNICIPALITY OF
JEQUIÉ-BAHIA**

ABSTRACT

Many policies to promote racial equality have been implemented in the country in recent years. In this article we present the results of a research that aimed to analyze the actions

¹ Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programas de Pós-Graduação em Relações Étnicas (PPGREC) E Ensino (PPGEn). Jequié – BA, Brasil. E-mail: beneditoeugenio@bol.com.br

² Graduado em Pedagogia e Especialista em Antropologia (UESB). Servidor na Prefeitura Municipal de Jequié - BA, Brasil. E-mail: nandolc3@yahoo.com.br

and policies to promote racial equality implemented by the Municipality of Jequié - BA, materialized in the creation of the Center for the Study of African and Afro-Brazilian Cultures in the municipal education network. The research is qualitative, of the case study type. The data were constructed through interviews and documentary analysis. The conclusions indicate that the African and Afro-Brazilian Study Group of Cultures represented a significant advance both for the implementation of Law 10639/2003 in the municipality of Jequié and for changes in attitudes and behaviors by means of the actions developed.

Keywords: Racial equality. Public policy. Race relations.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, principalmente a partir do início dos anos 2000, a discussão acerca das Políticas de ações afirmativas com recorte racial adentrou a agenda governamental brasileira. Contudo, segundo Santos (2015, p. 27), desde a década de 1940 os movimentos negros já demandavam por tais políticas: “as proposições do ‘Manifesto às Forças Políticas da Nação Brasileira’ e do ‘Manifesto à Nação Brasileira’ são cristalinas quanto a isso.”

A discussão e execução dessas políticas, entretanto, enfrentaram muitas resistências por parte de setores e instituições conservadoras da sociedade, a exemplo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.186, ajuizada pelo Partido Democratas, em 2009, e a “Carta Pública ao Congresso Nacional”, na qual um grupo de 144 intelectuais se posicionou contra o sistema de cotas para negros no ensino superior, em 2006.

A gestão de FHC, mesmo não apoiando explicitamente essas políticas, “Inaugura mudanças nos discursos oficiais brasileiros e nos marcos normativos sobre a questão racial. Já o governo Lula, “apesar de explicitar verbalmente o apoio a tais políticas e criar a SEPPIR no seu primeiro ano de governo, não implementou nenhuma política de ação afirmativa, de ingresso, para estudantes negros nas instituições de ensino público superior brasileiras.” (SANTOS, 2015, p.23).

O combate às desigualdades raciais demandam Políticas Públicas de diferentes escopos, isto é, tanto políticas universais quanto as focalizadas. Segundo Jaccoud e Beghin (2002), as ações e/ou políticas de combate ao racismo e às desigualdades raciais podem ser divididas em três tipos: a) ações repressivas; b) ações valorativas; c) ações afirmativas.

As Políticas Públicas são aqui compreendidas como as ações empreendidas pelo Estado para garantir as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade, em termos de distribuição e redistribuição dos bens e serviços no âmbito federal, estadual e municipal. Segundo Hofling (2004), as Políticas Públicas podem ser compreendidas como o Estado em ação. Essas Políticas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área.

As Políticas Públicas voltadas para a educação dos negros/as tem visado à diminuição das desigualdades produzidas historicamente na sociedade brasileira. Hoje, já é possível observar algumas ações voltadas para o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos afrodescendentes em âmbito federal, estadual e municipal.

No presente texto, as políticas de promoção da igualdade racial são compreendidas como

Todas as ações ou políticas públicas e/ou privadas, que visam combater o racismo, o preconceito, a discriminação e as desigualdades raciais em todas as esferas da vida social, quer por meio de políticas universais, direcionadas a todos os cidadãos, sem qualquer distinção, quer por meio de políticas específicas, direcionadas aos grupos que são discriminados racialmente em nossa sociedade. (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 42).

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou analisar as ações e políticas de promoção da igualdade racial implementadas pela Prefeitura de Jequié-Ba, materializadas na criação do Núcleo de Estudo das Culturas Africana e afro-brasileira na rede municipal de educação.

SITUANDO A PESQUISA

Para a construção dos dados, realizamos uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, tendo em vista que o município de Jequié construiu uma proposta de trabalho com a educação das relações etnicorraciais. De acordo com André (2013), dois elementos caracterizam o estudo de caso: a particularidade e a multiplicidade de aspectos a observar.

Neste contexto, podemos entender que a abordagem qualitativa configura-se em “uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244).

O *lócus* da pesquisa foi o Núcleo de Estudos das Culturas Africana e Afro-Brasileira, da Secretaria Municipal de Jequié/BA. Criado em 2006, o Núcleo teve com objetivos principais a implementação da lei L0639/2003, que estabeleceu o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares e a implantação de políticas políticas de promoção da igualdade racial.

A criação do Núcleo deu-se, em 2006, com a instituição do Programa Municipal de Educação para a Diversidade Cultural e Étnico-racial, por meio do Decreto nº 8.559, de dezembro de 2006. O Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem como principais atribuições: a) propor conteúdos programáticos para as diversas disciplinas, a ser apreciado pelo Conselho Municipal de Educação; b) elaborar Plano de Ação da SMEC a ser implementado durante o ano letivo; c) instituir um grupo permanente de estudos e pesquisas sobre a temática e terá sendo composto por diversas lideranças institucionais, da sociedade civil e movimentos sociais.

O Núcleo, segundo o Decreto 8559, apresenta o seguinte organograma: coordenadoria, secretaria e colaboradores. Esses últimos podem ser professores da rede municipal de ensino que tenham contato direto ou afinidade com a temática. Esse espaço também seria responsável pela implantação do Fórum Permanente sobre Educação e Diversidade Cultural e Étnico-Racial, com o objetivo de promover a

sensibilização sobre as questões raciais, constituindo-se em um espaço democrático de discussão sobre problemas locais de exclusão social, propondo políticas municipais afirmativas para afro-brasileiros.

Os sujeitos da pesquisa foram a coordenadora e a secretária da educação da gestão que esteve à frente da Secretaria da Educação de Jequié no período 2006/2010. Como instrumento para a construção dos dados empregou a entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada tem como principal característica permitir a descrição, compreensão e explicações de fenômenos em sua totalidade. Gil (1999, p. 120) explica que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

Analisamos também o Decreto Municipal nº 8.559, de dezembro de 2006, que instituiu o programa municipal de Educação para diversidade cultural e etnicorracial, com o intuito de compreender as ações que o município vem desenvolvendo na Educação, bem como identificar as políticas educacionais que são oferecidas para desenvolver o trabalho de formação com a igualdade racial.

A interpretação dos dados permitiu compreender as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudo das Culturas Africana e Afro-Brasileira, assim como as dificuldades enfrentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item do texto, apresentamos os dados construídos na investigação. As ações implementadas no município de Jequié são do tipo valorativas, aqui compreendidas como

aquelas que tem por meta combater estereótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de racismo e preconceito. Tais ações têm como objetivo reconhecer e valorizar a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e valorizar a comunidade afro-brasileira, destacando tanto seu papel histórico como sua contribuição contemporânea à construção nacional. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 56).

Expomos a seguir, duas dessas ações de promoção da igualdade racial.

Ações no âmbito da formação dos professores

A implementação da Lei 10.639/03 no município de Jequié, por meio do Decreto nº 8.559, trouxe ao cenário da Educação da cidade desafios, discussões e estratégias que perpassam a representação do professor e sua percepção diante das mudanças causadas pela lei e suas implicações dentro da prática pedagógica e da escola.

O educador pode, por meio de suas práticas pedagógicas no ensino da História e a Cultura Africana e Afro-brasileira, tornar o ensino crítico, deixando para tras ações pedagógicas e didáticas que reforcem os preconceitos e as atitudes intolerantes. Conforme o Parecer 3/2004: “A educação das relações étnico-raciais requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, posturas, modo de tratar as pessoas negras.” (BRASIL, 2004, p. 15). Ainda de acordo com o mesmo documento:

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (BRASIL, 2004, p. 20).

No caso do município de Jequié, o Art. 5º do Decreto nº 8.559/2006, prevê e assegura o direito do professor de participar de cursos de formação continuada, envolvendo os conteúdos, estratégias e recursos didáticos necessários ao cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O referido Decreto delegou à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com assessoria da UESB e de movimentos negros, a função da elaboração e coordenação desses programas de formação.

Por meio dessa formação a ideia era de que os professores da rede municipal de ensino desenvolveriam saberes que auxiliassem na elaboração de estratégias pedagógicas para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais. Com isso, valorizariam as diferenças presentes na sala de aula. Sobre isso, colhamos a fala da coordenadora pedagógica do período de 2006:

Cabe ao professor o entendimento do seu papel de mediador do processo de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, lançado mão de mecanismos pedagógicos que proporcione a desconstrução paradigmas e preconceitos sistematicamente reproduzidos e disseminado no espaço da escola.

A fala da entrevistada denota que, na visão dos coordenadores do período da implementação da lei, o educador precisava estar atento não somente à importância do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, do multiculturalismo e/ou pluralidade cultural, pois era imprescindível que os educadores buscassem o preparo e a qualificação teórica e prática para uma práxis educativa que valorizasse as diferenças e o respeito ao outro, que os cursos de formação de professores preparassem e qualificassem teoricamente os educadores para uma práxis educacional que valorizasse e respeitasse o outro, em especial o papel do negro como personagem principal da história do nosso país.

A Secretaria de Educação e Cultura e Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana realizaram parcerias com Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB/sindicato), Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEEERE/UESB) e Movimento negro da cidade na tentativa de proporcionar o rompimento com uma pedagogia acrítica e a valorização de um currículo problematizador, que possibilitasse a implementação efetiva do trabalho com a diversidade étnico-racial e com conteúdos de História e Cultura Brasileira e Africana.

Segundo a Secretária de Educação do período 2006/2010:

Além dos cursos que foram feitos na Secretaria, as parcerias e a formação continuada, foi feito também oficinas com pessoas de outros lugares e representante da Secretaria de Educação de Salvador, a partir do momento em eles começaram a estudar eles passaram a entender e ter mais argumentos de contra por o diretor da escola com as insistências deles, os alunos e os pais.

De fato, precisa-se destacar de maneira significativa o papel do ODERRE/UESB como organismo fundamental na formação dos professores para a implementação da lei no município de Jequié. Fundado em 2005 na Universidade Estadual do Sudoeste da

Bahia (UESB) Jequié, o ODEERE oportunizou a visibilidade da cultura negra e indígena e sua importância para o município de Jequié e região sudoeste da Bahia.

O ODEERE/UESB ofereceu dois cursos fundamentais para o processo de formação de professores para a implementação da lei. O primeiro foi o curso Extensão em Educação e Culturas Afro-brasileiras, mais tarde ampliado com o curso de Didática para o ensino de História e culturas Afro-Brasileiras e Africanas e a Pós-Graduação Lato Sensu em Antropologia com Ênfase em Culturas Afro-Brasileiras. Ambos fomentaram a pesquisa em educação das relações étnicas, favorecendo a inserção de professores da rede municipal de ensino a estarem pela primeira vez em contato com as questões e conteúdos relacionados a temática.

Podemos entender o papel do ODEERE/UESB na fala da entrevistada a seguir, membro da direção da APLB-Sindicato—Jequié.

A parceria feita entre APLB-Sindicato- Jequié, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e ODEERE/UESB se tornou um divisor de águas na formação docente dos professores da rede de ensino municipal. O ODEERE foi o espaço ideal para capacitação, pois, os docentes passaram a está em contato com toda forma de expressar, ensinar e visibilizar conteúdos dentro da sala de aula no que se referia a cultura africana e afro brasileira.

Com isso, além do contato com a temática, a formação de docentes visava mudar a visão discriminatória e preconceituosa com os elementos que compõem a cultura africana e afro-brasileira, fazendo com que os educadores se distanciassem dos clichês e da folclorização. Entendemos que a formação e sensibilização dos docentes são ações importantes para a reflexão acerca dos processos racistas e discriminatórios que ocorrem na escola, em particular, e na sociedade, em geral.

Sobre esse tipo de Educação, que norteou as formações para docentes realizadas pelo ODEERE/UESB, a coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no período de 2006 a 2010 relata que:

Uma educação que tome as diversidades de saberes tem de ser pensada a partir do que encontramos em termos de diversidade local, identificando os elementos desse contexto que fazem parte de um acervo de diversidades faladas e não faladas, outras diversidades

percebidas, que se mantêm com um nível atente de discriminações; diversidades encobertas pela dissimulação do folclorizado.

Formar docentes para inseri-los nesse processo exige clareza de objetivos, metas as quais se quer chegar ao processo de ensino-aprendizagem. Requer que os educadores estejam conscientes das ressignificações pelas quais eles precisam passar, tendo em vista que:

Na educação, nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção dos preconceitos seja um problema. Dessa forma interiorizamos atitudes e comportamentos discriminatórios que passam a fazer parte do nosso cotidiano, mantendo e/ ou disseminando as desigualdades sociais. (CAVALLEIRO, 2001, p. 152).

A formação imprimida pela Secretaria de Educação e Cultura para a implementação da Lei 10.639/2003 no município de Jequié buscou, por meio das ações das citadas e da aproximação com o espaço ODEERE/UESB, romper com as bases do pensamento pedagógico hegemônico e com o sistema educacional brasileiro historicamente comprometido com valores da civilização ocidental, que ao longo do processo educativo desprestigia as contribuições africanas e indígenas no currículo praticado em sala de aula.

Ações desenvolvidas no âmbito da Lei Municipal de Educação e a implantação de políticas educacionais de formação da igualdade racial

O Decreto nº 8.559 de dezembro de 2006, que instituiu o programa municipal de Educação para diversidade cultural e étnico-racial, no município de Jequié, representou um significativo avanço para o conhecimento da história da cultura afro-brasileira na cidade. A implementação do Decreto, principalmente por meio da instituição da disciplina de História da Cultura Africana e Afro-brasileira na rede municipal de ensino, significou que as discussões sobre a temática poderiam começar a ser debatidas e dialogadas no ambiente escolar e perpassassem a prática dos educadores, assim como construísse outro clima escolar.

Esse contexto determinou o desenvolvimento de políticas de promoção da igualdade racial na cidade de Jequié, tendo em vista que as suas principais ações passariam pelas estratégias forjadas dentro do espaço da escola, ou seja, as ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação com o suporte do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana representariam a implantação de políticas educacionais voltadas para promoção da igualdade racial.

Desta forma, Jequié, ao vislumbrar discutir e implementar tais políticas, promoveu a igualdade racial por meio da educação. Não é apenas entender seus valores e lutas, mas também a valorização e o reconhecimento de sua importância na formação da identidade nacional.

É preciso ter em vista que as ações implementadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tinham o objetivo e a visão desta perspectiva exposta acima. Não podemos perder de vista que essas ações devem ser encaradas como um conjunto das chamadas ações afirmativas.

Segundo a coordenadora do núcleo no período 2006/2010, as principais ações implementadas pelo Núcleo foram:

- a) A formação de professores tendo em vista a implementação da disciplina História da Cultura Africana e Afro – brasileira na rede municipal de ensino;
- b) Os seminários, fóruns e eventos realizados por parte da Secretaria Municipal de Educação tendo a finalidade de colocar em pauta para a sociedade as questões que envolvem as relações étnico– raciais;
- c) A elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no sistema municipal de ensino de Jequié;
- d) As parcerias feitas com movimentos sociais, universidade e com ODEERE que possibilitaram a inserção das pautas dentro da sociedade e da academia.

Todas essas ações estão envolvidas no âmbito da Lei 10.639/03 e do Decreto nº 8.559. Estão no bojo das políticas educacionais de formação da igualdade racial, haja vista que perpassam o campo da educação como instrumento de organização e promoção da diversidade e do respeito ao outro. Podemos observar também com base

na fala da Secretária de Educação e na da coordenadora pedagógica da secretaria, ambas do período 2006/2010, sobre as principais ações implementadas pelo Núcleo.

Vejo que foi a oportunidade dos alunos da rede pública em ter contato com a diversidade por meio do contato com a cultura africana e afro-brasileira. Os alunos tiveram a oportunidade de conhecer outra cosmovisão e suas especificidades abrindo um leque para discursões étnicos raciais e de identidade. (Secretária de Educação no período de 2006/2010).

Consideremos observar que as ações desenvolvidas pelo Núcleo passam pela identificação da Educação como estrutura fundamental para reverberar em todas as dimensões dos indivíduos e, por conseguinte, da sociedade. É notável que, nos últimos anos a Educação vem sendo instrumento para a implementação de numerosas Políticas de promoção da igualdade racial. Este panorama é possível devido cada vez mais à compreensão de que a Educação tem um papel fundamental na minimização e no combate ao racismo e na desconstrução de estereótipos e preconceitos.

A educação, por muito tempo, esteve a serviço da propagação de práticas racistas, principalmente por meio do currículo (seja oculto e/ou praticado), do livro didático e do silêncio dos docentes acerca da temática. Hoje, a escola é compreendida, cada vez mais, como espaço fundamental para o combate ao racismo. Isso demanda, dentre outras ações, a existência de políticas municipais de promoção da igualdade racial; a formação continuada dos professores para o trabalho com as relações étnico-raciais; o redimensionamento da atuação do papel do coordenador pedagógico, que deve trabalhar no sentido de desenvolver atividades de formação continuada dos docentes no espaço da escola; a gestão escolar envolver-se também com as demandas pedagógicas no trato com as relações raciais.

As ações desenvolvidas pelo Núcleo perpassam as políticas de promoção da igualdade racial e usam no setor educacional como estratégia e mecanismo fundamental para as políticas de ações valorativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que o Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ainda está presente no organograma da Secretaria de Educação do Município, porém com atuação bastante limitada.

Também verificamos que as escolas do município não mantêm de maneira regular o ensino da disciplina História da Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo. Desde 2006 o Núcleo passou por diversas mudanças que podem ajudar a entender o atual panorama de descontinuidade do trabalho com a educação das relações étnico-raciais.

O primeiro ponto encontrado para compreendermos o panorama atual do Núcleo fica evidente na fala da coordenadora do Núcleo no período de 2006 a 2010. Essa entrevistada se configura como uma peça fundamental para entendermos as diversas fases do Núcleo, porque pôde vivenciar dois momentos distintos, tanto em seu período de formação como coordenadora, quanto também no período atual como colaboradora. A entrevistada afirma que:

Eu não queria falar dessas coisas pra não ficar parecendo que são críticas. Quando eu voltei para o núcleo, em 2014, para trabalhar junto com a outra professora que lá está, percebi que não existia produção nenhuma, não existia documentação, não existia nada que foi conquistado na época em que foi formado. O núcleo se perdeu nesse percurso de mudança de coordenador, então o que acontece de verdade nessas últimas coordenação era um evento de reunir as escolas mais voltadas para apresentação cultural. Era a única coisa que se tinha que se dava o nome de novembro negro, esse novembro negro servia para apresentação cultural.

A fala da entrevistada retrata a descontinuidade das ações valorativas de promoção da igualdade racial. A Secretaria de Educação do município de Jequié não cumpriu com a responsabilidade de manter acervos didáticos e documentos de cunho oficial sobre o Núcleo, perdendo-se, assim, um pouco da memória e das ações desenvolvidas.

Esse panorama ainda se apresenta desfavorável quando passamos ao entendimento de que em determinado período, o Núcleo teve sua presença ignorada pela Secretaria de Educação e que esse hiato de discussões e busca de elaboração de

conteúdos, documentos e pautas podem ter gerado dentro da implementação da disciplina em Jequié, embates e problemas que podem refletir-se na ação pedagógica do professor, no espaço escolar, no comportamento da gestão escolar e na visão dos alunos sobre a disciplina.

O segundo aspecto é que ao longo da organização das entrevistas, tentamos, por diversas vezes, entrar em contato com a atual coordenação do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Não houve retorno das ligações e idas presenciais à Secretaria da Educação. Ao final, depois de inúmeras tentativas, que se somaram aproximadamente quinze vezes, acabamos desistindo de ouvir a atual gestão. Também resolvemos visitar algumas escolas cujos professores e gestores estavam em contato com a disciplina a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana desde o início do período de implementação do trabalho com a educação das relações étnico-raciais e que poderiam contribuir para traçarmos um panorama atual da discussão no interior das escolas.

Não encontramos campo favorável para as entrevistas. Muitos professores não concordaram ou não apareceram no dia combinado e as gestoras indicadas também não concordaram. Neste contexto, a realidade apresentada hoje pelo Núcleo é uma situação de abandono de produção de conteúdo, formação de professores e representação simbólica na cidade.

Entretanto, não podemos perder de vista que mesmo com dificuldades encontradas para apresentarmos as principais ações desenvolvidas na atualidade pelo núcleo, as representações diante da promoção da igualdade racial reverberaram na mudança de mentalidade e deram uma determinada visibilidade quanto a cultura afro-brasileira na cidade. Como podemos visualizar através da fala da coordenadora do Núcleo no período 2006/2010:

Uma cidade que não se falava em cultura afro brasileira e a gente vê hoje pessoas preocupadas em discutir em pesquisar em buscar mais conhecimento então agente percebe que as coisas estão mudando sim e que a lei foi muito importante para a maturidade das pessoas entender melhor e passar a respeitar o outro. Lógico que eu não estou dizendo aqui que resolveu, estou dizendo que houve uma mudança por que Jequié não é mais a mesma.

É inegável que a criação e as ações desenvolvidas pelo Núcleo reverberaram em uma maior visibilidade sobre as questões que envolvem as relações étnico-raciais e promoveram políticas de igualdade racial importantes para educação do município de Jequié.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA**, vol.22, n.40, p.95-103, 2013.

BRASIL. **Parecer 03/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História Afro-brasileira e Africana. Brasília, Conselho Nacional de Educação, 2004.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

HOFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, vol.21, n. 55, p.30-41.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço de intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

MINAYO, M. C.; SACHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, vol.9, n.3, p.239-262, 1993.

PREFEITURA Municipal de Jequié. **Decreto 8.559**, de dezembro de 2006. Institui o Programa Municipal de Educação para Diversidade Cultural e Étnico-racial, no município de Jequié.

SANTOS, S. A. dos; SILVEIRA, M. Políticas de promoção da igualdade racial e ação afirmativa. **Salto para o Futuro**: gestão educacional para a diversidade, ano 20, n. 12, p. 39-54, 2010.

SANTOS, S. A. **O sistema de cotas para negros da UNB**: um balanço da primeira geração. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.